Arruda resolve atacar ACM

Daniela Nahass

Da equipe do **Correio**

Aparentando calma e tranquilidade, o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) voltou ontem a trabalhar normalmente em seu gabinete no Senado. Ele despachou com assessores e conversou longamente com jornalistas. Pela primeira vez, Arruda fez uma crítica direta ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL BA). "Estou arre-

pendido. Não faria outra vez, pelo menos desta forma. Fiz uma consulta em nome de Antonio Carlos e ele não assumiu. Neste momento, eu não faria mais nada em nome dele, porque depois ele nega", disse.

Desde que veio a público o episódio da violação do painel eletrônico do Senado, tanto Arruda quanto ACM têm evitado ataques recíprocos, apesar de terem apresentado versões diferentes. Durante depoimento no Conselho

de Ética e Decoro Parlamentar, Arruda disse que fez um consulta sobre a vulnerabilidade do painel à ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) Regina Borges em nome do então presidente do Senado. Já ACM afirmou que nunca pediu nada a Arruda e não autorizou ninguém a usar o seu nome para fazer consulta, pedido ou dar alguma ordem. Com a violação do painel, os senadores tiveram acesso à lista de votação se-

creta da cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Para Arruda, a responsabilidade dele e do ex-presidente do Senado no episódio são iguais e por isso ele não acredita na possibilidade de o Conselho de Ética dar penas diferenciadas para os dois. "Somos elos de uma mesma corrente em um episódio infeliz". O senador também está confiante que não será punido com a pena máxima, que é a cassação do mandato. "Sinto que passado o

momento de emoção, o episódio começa a ganhar a real dimensão", afirmou.

O senador pelo DF alega que a cassação seria uma pena desproporcional ao delito cometido e pretende convencer os membros do Conselho de Ética disso. Até o final desta semana, Arruda vai entregar um memorando com análises sobre sua participação no episódio da violação do painel aos outros senadores. No documento, Arruda vai argumentar que sua fa-

lha foi apenas regimental, sem maiores conseqüências, já que a lista dos votos não foi divulgada.

Arruda comparou a violação do painel ao comportamento de alguns parlamentares que divulgam para a imprensa documentos sigilosos obtidos durante investigações em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, como o sigilo bancário de alguém, por exemplo. "O delito é o mesmo. Será que a pena para este caso é a cassação?", questionou.